



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005199-32.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Maisa Harumi Morey**
 Requerido: **SONY MOBILE COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um produto fabricado pela ré, o qual pouco tempo depois apresentou problema de funcionamento.

Alegou ainda que o encaminhou por duas vezes à assistência técnica, tendo a última remessa ocorrido em 09/09/2014, sem que até o momento tivesse notícia sobre o seu reparo.

Almeja à rescisão do contrato e ao ressarcimento dos danos materiais que experimentou.

A ré em genérica contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora.

Limitou-se a esclarecer que cumpriu todas as obrigações a seu cargo, de sorte que a postulação exordial careceria de respaldo a sustentá-la.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Anoto de início que em momento algum a ré apresentou provas de suas alegações.

Nesse sentido, nada foi coligido para patentear o reparo do bem trazido à colação e o documento de fl. 03, ao contrário, atesta que por ocasião do seu primeiro encaminhamento à assistência técnica ele não foi sequer analisado pela falta de menção ao respectivo IMEI.

Já quando da segunda remessa, não refutada pela ré, inexistem indícios de que o produto foi consertado e muito menos que foi devolvido à autora.

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja em face do que prevê o art. 6º, inc. VIII, do CDC, cujos requisitos estão preenchidos, seja por força do que dispõe o art. 333, inc. II, do CPC, não se podendo olvidar que seria inexigível à autora a comprovação de fato negativo (não teria como provar que não recebeu de volta o bem).

Como assinalado, porém, a ré não se desincumbiu desse ônus, pois além de não evidenciar o reparo do produto não denotou também sua devolução à autora.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Como a mercadoria adquirida não foi consertada no trintídio, a aplicação ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC é medida que se impõe com o ressarcimento à autora dos prejuízos materiais que sofreu, não se podendo olvidar que em momento algum restou positivado que ela tivesse de alguma maneira contribuído para o resultado apurado nos autos.

Por oportuno, ressalvo que a autora não pleiteou a reparação de danos morais, razão pela qual as considerações a propósito expendidas na peça de resistência pela ré deixam de ser analisadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de compra e venda firmado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 852,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na assistência técnica, dando-lhe a destinação que melhor lhe aprouver.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**